

Patrimónios Culturais Africanos: As Velhas colecções e a nova África¹

Manuel Laranjeira
Rodrigues de Areia

Professor Catedrático
do Departamento
de Antropologia
da Faculdade
de Ciências
e Tecnologia,
da Universidade
de Coimbra

Director
do Departamento
de Ciências Sociais
e Humanas da ULP

RESUMO

Os grandes movimentos de autonomia política que levaram à independência das colónias africanas a partir dos anos 60 não tiveram igual afirmação na sua componente cultural. Boa parte das elites africanas formadas nas metrópoles dos países colonizadores ignorava os valores e tradições dos povos a que pertenciam.

Por outro lado os países colonizadores, uma vez alcançada a independência, desvalorizaram a componente dos estudos culturais desses povos (estudos de etnografia, trabalhos de campo, enriquecimento das colecções).

As colecções etnográficas dos museus coloniais foram cada vez mais ignoradas pelos países que as detinham e não chegaram a ser conhecidas pelos novos líderes africanos; tornaram-se assim um património duplamente esquecido. E contudo a nova África redescobre o seu passado: valoriza as suas tradições, retoma muitas práticas de direito consuetudinário, inspira-se em mitos e rituais africanos para exprimir novas formas de produção artística.

As velhas colecções e os seus detentores não podem por mais tempo ignorar esta realidade. Este é o tema a discutir.

ABSTRACT

Autonomist political movements that lead to african colonial independency since the 60's didn't have the same influence in his cultural component. Most of african elite educated in metropolises ignored a significant part of their people's values and traditions.

On the other side, colonising countries, since the independency, devalued these people's cultural studies (ethnographic studies, work fiel, collections 'enrichment).

¹ Comunicação ao V Congresso de Estudo Africanos Ibéricos, 4. B. I., 2006.



Colonial museums' ethnographic collections were more often than not, ignored by his possessors and didn't were even recognized by the new african leadership, becoming in this way a double forgotten patrimony. Nevertheless the new Africa rediscovers his past, valorises his traditions, and retakes many practices of consuetudinary law, inspired in african myths and rituals to express new ways of artistic production. Old collections and his possessors cannot for much longer ignore this reality. This essay pretends to introduce this question.

Os movimentos reivindicativos da autodeterminação das colónias e consequentes processos de independência consolidaram uma autonomia política formal num espaço de tempo relativamente curto. É certo que no geral o que se passou foi uma cópia de modelos europeus (dos países colonizadores) com um ou outro assomo de socialismo utópico. Se nos modelos políticos a África profunda, pré-colonial, foi simplesmente ignorada quanto à concepção dos poderes políticos e aos equilíbrios dos diferentes sistemas tradicionais entre chefes entronizados e conselhos moderadores, o pior aconteceu quanto à descolonização cultural que simplesmente não se verificou.

É certo que muitos países reconheceram o erro e hoje tentam, de algum modo, recuperar o que resta do passado, do poder tradicional, do respeito pelos mais velhos, etc., mas para além de todos as violências morais e físicas (demasiado trágicas para enumerar) há que não esquecer a opressão cultural de povos a quem é simplesmente recusada a sua identidade cultural (baseada em séculos de convivência de práticas, língua comum, culto de antepassados, evocação de chefes distintos, etc.) a pretexto de uma afirmação retórica de um estado-nação que simplesmente não existe a não ser na intenção e como projecto. É neste contexto concreto de estados modernos contendo povos distintos (objectivamente nações distintas) que considero oportuno introduzir a questão das velhas colecções etnográficas na construção de um legítimo estado que entenda quanto a unidade nacional (inquestionável) não só não se opõe como antes depende do respeito pela diversidade cultural.

Para isso vamos considerar a situação actual das velhas colecções africanas fora de África, lembrando os diferentes pontos de

vista quanto a direitos de propriedade, posse e acesso a bens culturais discutivelmente patrimonializáveis (ver Rodrigues de Areia, 2006); por fim, afirmar que a nova África, procurando novas expressões dos seus valores tradicionais (arte neo-funcional, por exemplo) e valorizando o perfil mitológico dos seus heróis fundadores, não pode prescindir de um olhar cada vez mais insistente para esses testemunhos dos seus antepassados, onde quer que eles se encontrem.

1. As colecções coloniais

Um indisfarçável problema dos países colonizadores relativamente às colecções etnográficas da era colonial infere-se das sucessivas arrumações e classificações dadas a essas colecções que nos primeiros tempos de contacto eram os objectos exóticos, produtos do homem da natureza (entenda-se sem civilização) que os recolectores e viajantes admiravam como objectos artificiais (*artificialia*), mas classificados ao lado dos produtos directos da natureza, como plantas, animais e minerais (*naturalia*).

As sucessivas denominações das instituições museológicas que albergavam estas colecções traduzem, também, uma certa indefinição e tentativa de reajustamento tornada necessária com a independência das colónias.

Mas o sintoma mais óbvio de uma crise de identidade destes museus coloniais é a crescente interrogação dos estudiosos destas colecções para as integrar nas novas funções atribuídas aos museus sobretudo quando a função de conservação, sem ser esquecida, passa a ser ultrapassada pela função expositiva e o espaço museológico passa a ser cada vez mais um lugar de debate académico e pesquisa multidisciplinar. Citemos apenas alguns títulos para explicitar esta situação que aparece cada vez com mais frequência tanto em revistas científicas como em jornais de opinião e divulgação:

- Les objets ethnographiques sont ils des choses perdues? J. Jamin, 1985, in: «Temps perdu, temps retrouvé: voir les choses du passe au présent, eds, J. Hainard, R. Kaehr, Neuchâtel, p. 51-74).

- Du musée des colonies au musée des communautés, (Kleiber Schwart, 1992 – *Museum*, nº 175, 44, 3, p. 137-141).
- Vitrites, miroirs et jeu d'images: réflexions à propôs du future musée des Arts et des Civilisations, (B. Derlon, 1999 – *Journal des Africanistes*, 69, 1, p. 53-65).
- «Faut-il brûler les musées d'ethnographie», (J. Jamin, 1998 – *Gradhiva*, 24, p. 65-69).
- Doit-on exposer l'art africain?, (J. L. Amselle, 2002 in: «Le musée cannibale», eds. M.O. Gonseth, J. Hainard, R. Kaehr, p. 131-152. Neuchâtel).
- The spectre of art, (N. Porto, 2002 – *Etnográfica*, VI, 1, p. 113-125).
- As colecções inquietantes: arte selvagem, primitiva, não civilização ou arcaica? (*Expresso*, 22.01.2005).
- Tesouros da Sociedade do Geografia (Clube do Coleccionador, 03.09.2002).
- Museu Afro-Brasileiro de São Paulo resgata herança africana (*Público*, 23.11.2004).

2. O duplo esquecimento do património africano

Recolhidas nas caves dos grandes museus coloniais, boa parte das colecções etnográficas africanas nunca foram estudadas e apenas uma parte muito reduzida (menos de 10%) foi exposta ao público. Os grandes investimentos em estudos africanos, onde se incluía a etnografia africana na parte final da era colonial, caíram a pique à medida que as independência políticas se afirmavam.

Reduzidos os recursos humanos e os investimentos nesse património, nos organismos oficiais, as muitas colecções particulares ficaram condicionadas pelas ligações afectivas que os seus proprie-

tários mantinham como testemunhos e recordações, em regra, de uma vida em África numa qualquer missão oficial ou aventura pessoal.

À medida que estes coleccionadores privados desapareciam, esses objectos iam parar a antiquários que sempre privilegiaram o que entendiam ser objectos de «arte africana», ou, nalguns casos, as instituições oficiais (museus coloniais) adquiriam essas colecções alargando o seu património e garantindo o seu futuro. Pode-se mesmo dizer que em vários casos esse foi o campo privilegiado de «recolha» de objectos africanos para os museus coloniais após as independências das colónias.

A título de exemplo verifique-se que no Museu Antropológico da Universidade de Coimbra entraram, após a independência, mais objectos etnográficos de Angola (provenientes de colecções particulares) do que durante os 48 anos do Estado Novo. Na fase final da era colonial houve mesmo obstrução dos governadores coloniais à recolha de objectos etnográficos para os museus da metrópole. Um caso paradigmático desta situação é o que se passou com o coleccionador do Lobito, o despachante Miguel Neves, que tendo reunido uma razoável colecção de etnografia angolana a partir de vários núcleos, criou o etno-salão Carlos Estermann que instalou adequadamente na cidade do Lobito. Na situação de instabilidade que se verificou em 1975, entendeu Miguel Neves pôr a salvo a sua colecção para o que adquiriu um imóvel em Mem-Martins (Sintra). Procurando cumprir a legislação em vigor informou o então governo de transição de Angola do seu procedimento e das razões que o motivaram declarando ser sua intenção regressar a Angola com a dita colecção logo que as circunstâncias o permitissem. Foi com base neste procedimento exemplar a todos os títulos que o então director do Museu de Antropologia (Luanda), ao tomar conhecimento deste documento de intenções, se deslocou rapidamente a Portugal exigindo a entrega imediata de boa parte das peças (as melhores) da referida colecção, as quais afinal nunca regressariam a Angola, o que Miguel Neves referia com frequência e com muita mágoa. Desta colecção residual de Miguel Neves boa parte foi adquirida pelo Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (838 peças no total).

A esta ausência ou redução de investimento dos países ex-colonizadores há que acrescentar o desconhecimento mais ou menos geral dos novos responsáveis políticos relativamente a estes patrimónios. Em regra escolarizados em meios europeus, partilhavam da ideia pejorativa desse passado de «feitiços» e «manipanças» e aparentemente ignoravam por completo os diferentes contextos dos poderes políticos de uma África pré-colonial que muitos consideravam sem história. Daí a tentação fácil de querer construir um país à imagem e semelhança dos países europeus, em cujas metrópoles se formaram, mesmo que valorizando aspectos ideológicos que servindo, aparentemente, a causa independentista também nada se identificavam com valores africanos. Caiu-se no duplo esquecimento do imenso património cultural africano fora de África: para os ocidentais numa África independente já não era estimulante investir no estudo de colecções africanas; para os africanos, novos detentores do poder político, essas colecções faziam parte de um passado colonial para esquecer.

Mas este «conhecimento faltante» destes novos senhores do poder ia custar demasiado caro aos povos que, após uma época de opressão colonial, viram-se de novo despojados dos seus valores tradicionais, dos seus conselhos de anciãos, da entronização dos seus chefes. A África «partiu mal» porque imitou dos colonizadores europeus o que havia de pior: a opressão, a exploração, o desprezo dos valores tradicionais. A própria disciplina que se ocupava destes saberes (a Antropologia) se tornou suspeita, dada a sua anterior colaboração com os regimes coloniais. Só a partir dos anos 80 é que se viu completamente reabilitada. E foi precisamente esta disciplina académica que, valorizando cada vez mais a vertente da cultura material (desvalorizada na escola da Antropologia Social britânica), trouxe para o actual debate a questão do património africano fora de África e dos diferentes olhares e problemas que suscita, tanto quando visto como produto (perspectiva ocidental) de povos diferentes, como quando analisado no contexto do processo que o produziu (perspectiva africana). Este duplo olhar teve o mérito de aprofundar muitas questões, à volta deste património, que deixaram de ser objecto de meras discussões académicas para se tornarem factor importante de uma política cultural moderna, responsável e aberta a todas as possi-

bilidades de valorização do património cultural africano onde quer que se encontre.

3. As velhas colecções e a nova África

O duplo esquecimento das velhas colecções coloniais, tanto por parte dos novos poderes (independentes), como por parte dos antigos poderes coloniais, deve-se, como vimos, a um trágico desconhecimento da África, concretamente dos múltiplos factores da sua história milenar. E o mais curioso é que esta ignorância se torna oficial, académica, científica! Quando um professor catedrático de História de África proclama na veneranda *alma mater*, a muito prestigiada universidade de Oxford, que a «História de África é apenas uma fábula de revoluções tribais bárbaras» (B. Davidson, 2000, p. 96) atingimos o expoente máximo do delírio «científico» sobre África. E contudo isto passou-se em 1966!

Ao mesmo tempo que se nega o passado (a verdadeira história de África) condena-se, por outro lado, ao nível da produção artística, a África a esse mesmo passado (que supostamente não existe)!

Com efeito os grandes coleccionadores de arte africana, a partir de um conjunto de características dos objectos de prestígio (estatuetas, máscaras, bastões, gládios, caixas de rapé, cartucheiras, etc.) que circulavam entre os chefes como símbolos do poder tradicional, formalizaram, em alguns traços essenciais, o que entendiam ser «arte africana» e, a partir daí, recusaram praticamente todas as produções inovadoras que procuravam novos caminhos de expressão; os termos com que essas novas formas de arte são designadas exprimem claramente essa recusa: é a «arte de aeroporto», «arte turística», «arte urbana» ou simplesmente «nyama-nyama», tudo menos autêntica arte africana, aquela que pertencia a colecções de elevado «pedigree» (dos coleccionadores), que exprimia símbolos do poder, que se esgotaram com a presença e a predação colonial uma vez que, por um lado, a colonização começou por decapitar o poder tradicional (e os objectos de prestígio estavam ligados a esse poder) e, por outro, porque os colonizadores mostraram uma apetência particular por esses símbolos do poder intensificando uma recolha que, em muitos casos, tomou aspectos de prática predatória.

Estes factores conjugados criaram a rarefacção dos ditos objectos de prestígio que, não existindo na fonte, abrem caminho à actividade dos falsários para responder à procura do mercado.

Investe-se, assim, numa África do passado (ironia para os que defendiam que a África não tem passado!) e os museus etnográficos, tendo interrompido as suas recolhas em África, mostram também uma África do passado, sendo raras, embora existam, as apostas em exposições de arte africana actual.

Mas se na perspectiva romântica colonial era preciso «conhecer os povos para bem os governar» (eufemismo curioso para dizer dominar), não seria de incrementar esse mesmo conhecimento após a independência, agora não para bem governar ou dominar mas, simplesmente, para cooperar e desenvolver laços de mútuo interesse?

E a curiosidade científica por aspectos tão diferentes da cultura material ilustrados pela diversidade de tecnologias, dos materiais utilizados, das informações sobre o meio ambiente, não implica uma razoável actualização das colecções para ver a adaptação dos povos aos novos materiais disponíveis, às novas situações sociais e políticas?

E, ainda que os novos países africanos construam as suas redes museológicas, não seria de negociar a continuação de recolha, também para os antigos museus coloniais, dentro de transparentes acordos de cooperação cultural? Os próprios actores culturais (escultores, pintores, etc.) não ganhariam muito com isso? Uma ilustração concreta do problema.

Em Abril de 2007, estando de passagem por Luanda, visitei o chamado «mercado de arte de Benfica». Havendo uma enorme quantidade de artesanato para todos os gostos (com destaque para o famoso «pensador» que nunca foi mais que uma «boutade» de um estudioso suíço e mesmo assim se tornou símbolo de um país!), verifiquei um conjunto de pinturas notáveis, no meu ponto de vista, pela maneira moderna como tratavam motivos tradicionais. Contactado um alto responsável do Ministério da cultura sobre o eventual

interesse em obter para o património do Estado algumas dessas produções fiquei a saber que o mesmo alto responsável sentia o problema, mas não havendo recursos para aquisição dessas pinturas optou-se por fotografar algumas das mais significativas e divulgá-las através de postais. Este caso não será único, antes muito frequente em África. E o garrote, demasiado apertado, em minha opinião, que se opõe à saída de obras de arte, traz as consequências que todos conhecemos: se não saem as obras saem os artistas, o que mais agrava o problema da inovação artística em África.

Os países ex-colonizadores têm nas suas capitais «ateliers» de artistas africanos, muitos trabalhando para uma dita «art world» em que os motivos africanos exprimem problemas actuais, mas muitos outros produzindo simultaneamente cópias da velha arte tradicional para responder à solicitação do mercado e às encomendas das galerias de «arte tribal». Esta é mais uma forma de condenar a África ao passado. Os museus coloniais, não recolhendo peças actuais, colaboram implicitamente nesta condenação de todo injusta. Embora esse passado seja importante, e daí a responsabilidade específica dos museus que, recolhendo, preservaram testemunhos culturais que teriam desaparecido com o uso (aqueles povos não tinham inventado as práticas de conservação de objectos), esses objectos – documento são muito discutivelmente patrimonializáveis e, de qualquer forma, continuam a estar ligados aos povos que os produziram (Ver Davallon, 2002); por outro lado, eles testemunham valores e vivências que podem inspirar novas formulações artísticas que permitam marcar o binómio da continuidade (tradição) e inovação nas sociedades africanas. Segundo um adágio africano os que querem o progresso negando a tradição obrigam as pessoas a caminhar levantando os dois pés ao mesmo tempo. Os resultados são trágicos. E estão à vista de todos.

BIBLIOGRAFIA

- DAVIDSON, B., 2000 – *O fardo do homem negro: os efeitos do estado-nação em África*, Campo das letras, Porto.
- MARTINS, M. R., 1985 – As colecções etnográficas, in: *Cem Anos de Antropologia em Coimbra*, p. 117-148, Museu e Laboratório Antropológico, Universidade de Coimbra.
- DAVALLON, J., 2002 – Les objets ethnographiques, peuvent-ils devenir des objets de patrimoine? in: *Le musée cannibale*, eds. G H L, p. 169-187, Neuchâtel.
- RODRIGUES DE AREIA, 2009 – As colecções etnográficas como referencial identitário, in: *Nação e Identidades: Portugal, os portugueses e os outros* eds. H. Fernandes, I. C. Henriques, J. S. Horta e S. C. Matos, p. 351-357, ed. Caleidoscópio, Lisboa.